

Superior Tribunal de Justiça

ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.993 - RS (2019/0222383-3)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM COFEN
RECORRIDO : CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAUDE
ADVOGADOS : JOSELISSES ABEL FERREIRA - PB013820
FERNANDA VARGAS TERRAZAS - SP234650
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : ELENISE MAGNUS HENDLER - SC012793B
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
ADVOGADOS : EVANDRO RODRIGO PANDINI - SC018348
ELISABETH REDIVO - SC021317
RECORRIDO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR. PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. ART. 256-I C/C ART. 256-E E ART. 256-H DO RISTJ, NA REDAÇÃO DA EMENDA REGIMENTAL 24, DE 28/09/2016. PRESENÇA DE PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM EM AMBULÂNCIAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU. LEI Nº 7.498/86. MULTIPLICIDADE DE PROCESSOS NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. ABRANGÊNCIA DA SUSPENSÃO. ART. 1.037, INC. II, DO CPC. PROPOSTA DE AFETAÇÃO ACOLHIDA.

1. Delimitação da controvérsia: "Definir se a composição da tripulação das Ambulâncias Tipo B e da Unidade de Suporte Básico de Vida Terrestre do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU sem a presença de profissional da enfermagem nega vigência ao que dispõem os artigos 11, 12, 13 e 15 da Lei n.º 7.498/86, que regulamenta o exercício da enfermagem."
2. Recurso especial afetado ao rito do art. 1.036 e seguintes do CPC (art. 256-I c/c art. 256-E e art. 256-H do RISTJ, na redação da Emenda Regimental 24, de 28/09/2016).
3. Determinada a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão delimitada e tramitem no território nacional (art. 1037, inciso II, do CPC).
4. Acolhida a proposta de afetação do recurso especial como representativo da controvérsia, para que seja julgado na Primeira Seção.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, afetar o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C) e, por unanimidade, suspender a tramitação de processos em todo território nacional, inclusive que tramitem nos juizados especiais, conforme proposta do Sr. Ministro Relator. Votaram com o Sr. Ministro Relator os Ministros Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria e, nos termos do art. 257-B do RISTJ, os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Francisco Falcão, Herman Benjamin e Napoleão Nunes Maia Filho.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Benedito Gonçalves.

Brasília, 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator